

Democracia Eletrônica na América Latina¹

Manoel Elias Siqueira do AMARAL JUNIOR²
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo: O presente trabalho pretende levantar discussões sobre as novas ferramentas eletrônicas de acesso a democracia e sua importância enquanto instrumento de exercício de cidadania. Além disso trazer discussões e comparações referente a qualidade da democracia, transição democrática e consolidação da democracia na América Latina na tentativa de evidenciar problemas históricos que reverberam até o presente momento em alguns países Latino-americanos. Por fim expõem algumas características da governabilidade eletrônica na América Latina.

Palavras-chave: Democracia Eletrônica; Qualidade da democracia; América Latina;

Introdução

A democracia eletrônica na América Latina vem se tornando um campo de estudo frequentemente estudado dado o fato de uma parcela significativa de seus países apresentarem índices socioeconômicos insuficientes, mas ao mesmo tempo apresentar tendências a sociabilidade política online. O presente trabalho pretende levantar discussões sobre as novas ferramentas eletrônicas de acesso a democracia e sua importância enquanto instrumento de exercício de cidadania. Além disso trazer discussões e comparações referente a qualidade da democracia, transição democrática e consolidação da democracia na América Latina na tentativa de evidenciar problemas históricos que reverberam até o presente momento em alguns países Latino-americanos. Por fim expõem algumas características da governabilidade eletrônica na América Latina.

Percebe-se que as ferramentas online podem proporcionar aos cidadãos maiores transparências no processo decisório dos seus representantes e até mesmo aumentar a confluência de informações e além disso é possível verificar outras alternativas frente as decisões políticas sociais e econômicas do governo

¹ Trabalho apresentado no GT 06 - Comunicação e Política, do I Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia (EPCA), realizado de 22 a 24 de novembro de 2017, em Belém/PA.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFGPA), e-mail: junioramaral1903@gmail.com

através da participação ativa da sociedade no processo de políticas públicas, por meio de órgãos deliberativos online onde permite a sociedade opinar sobre as tomadas de decisões dos governantes,

Ainda há muito o que se estudar sobre a eficiência desse instrumental, no entanto percebe-se que populações excluídas dos processos decisórios ou que procuram meios alternativos de expressarem pode encontrar uma alternativa de exercício de sua cidadania através das ferramentas online.

Na América Latina, onde observou-se o surgimento de novas democracias, após períodos ditatórias, percebe-se uma resposta significativa a essa nova tendência mundial em recepcionar ferramentas eletrônicas. Países como Brasil e México são comparados até mesmo a países Europeus que possuem uma democracia bem mais consolidada. Uma das principais relevâncias deste trabalho é levantar justamente o ponto que infelizmente uma democracia eletrônica sofisticada não significa necessariamente uma maior qualidade da democracia, mas pode vir a contribuir.

Democracia Eletrônica

Conforme Peixoto e Wegenast (2011)

Entende-se por democracia eletrônica o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como meios para aumentar a transparência de processos políticos, facilitar a participação cidadã nos sistemas de tomada de decisão e, finalmente, melhorar a qualidade do processo de formação de opinião na esfera pública, a partir da abertura de novos espaços de informação e deliberação.

O entendimento trabalhado pelos dois autores permite considerarmos de forma abrangente diversas iniciativas ativistas online e também modernos sistemas de votação por meio de redes móveis. No entanto tornar-se necessário diferenciar dois tipos de democracia eletrônica. Uma que parte da própria instituições públicas, seja por meio de portais oficiais como e-Cidadania do Senado Federal Brasileiro que tem como objetivo estimular e possibilitar maior

participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado (SENADO, 2017). E outras que parte de atores não governamentais como desenvolvedores de sítio eletrônico de petições online. O Avaaz, por exemplo, é considerado como uma grande rede ativista de petições online que hospeda mais de 41 milhões de membros pelo mundo, sendo o Brasil um dos países com maior número de integrantes, atuando em diversos assuntos de questões ambientais, direitos humanos, liberdade de imprensa, corrupção, conflitos, emergências mundial e democracia (AVAAZ, 2017).

Neste sentido desenvolve-se a ideia de governo eletrônico, conforme Ferguson (2002), pode ser entendido como sendo “a otimização da prestação de serviços do governo, da participação dos cidadãos e da administração pública pela transformação das relações internas e externas através da tecnologia, da Internet e dos novos meios de comunicação”

Através dos estudos de Azevedo (2009) onde objetivou-se demonstrar as formas como as entidades sindicais do comércio buscam se beneficiar das Tecnologias de Informação e Comunicação para uma melhor atuação política; e dos estudos de Lima (2010) a qual verificou os portais de transparência pública do Brasil; de Sales (2008) onde analisou-se o Portal da Câmara dos Deputados; de Brandão (2008) na qual buscou-se analisar os impactos dos meios tecnológicos da informação sobre as campanhas eleitorais; e dentre outros trabalhos e bibliografias levantada por Stabile (2012), constatou-se um aumento significativo da adoção e uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação por parte dos atores políticos. Esse crescimento vem influenciando a forma de atuação de políticos e o desenvolvimento de políticas de governos (STABILE, 2012).

Para Gomes (2009) a democracia eletrônica pode ser interpretada como uma oportunidade do exercício pleno da cidadania e até mesmo um meio de tentar suprir as carências proveniente da democracia liberal.

Parte-se da percepção de que as instituições, os atores e as práticas políticas nas democracias liberais estão em crise, sobretudo em

função da fraca participação política dos cidadãos e da separação nítida e seca entre a esfera civil e a esfera política. (...) O modelo de democracia representativa entra, portanto, em crise. A alternativa histórica à democracia representativa é a democracia direta, vencida historicamente por inadequada a sociedades de massa e à complexidade do Estado contemporâneo - que exige profissionalismo (isto é, dedicação exclusiva, formação e competência) de quem governa e de quem legisla. A introdução de uma nova infraestrutura tecnológica, entretanto, faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementem uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da ideia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a internet é, decididamente, uma inspiração.

Inglehart (1999), verificou que vem ocorrendo uma transformação no comportamento político dos cidadãos das democracias ocidentais. Os mesmos estão buscando outros meios distintos de participarem que se distanciam dos partidos políticos e das autoridades tradicionais, ocorrendo assim um declínio de participação dos cidadãos nas formas tradicionais (STABILE, 2012).

O âmbito burocrático governamental vem sendo questionado constantemente sobre a sua eficácia na condução de políticas públicas exitosas. Neste sentido, verificar-se a importância e a necessidade de incluir os cidadãos de forma ativa na formulação de políticas públicas. No entanto tal aglutinação não significa necessariamente a perda da autonomia governamental, mas sim uma ampliação da capacidade de produzir respostas satisfatórias a sociedade. Baseando-se neste raciocínio, pressupõem-se que o incremento de capital social pode vir a influenciar de forma positiva a eficiência na gestão pública (ROTHBERG, 2008).

Para Frey (2003) é importante que se crie espaços virtuais recíprocos a deliberação pública de forma a contribuir para a criação de capital social. O surgimento e o desenvolvimento desses ambientes proporcionam oportunidade que precisa ser acompanhada de forma sistemática devido ao fato que o “desenho institucional precisa desempenhar um papel importante na provisão de

canais de participação e oportunidades de interação social” (FREY,2003)

Uma das importâncias da criação de espaços virtuais deliberativos é a possibilidade da diminuição da assimetria de informação por parte dos grupos de interesses, podendo corrigir os eventuais limites de informação do sistema de mídia tradicional na promoção de informação política (ROTHBERG,2008). “Se a informação é suficientemente ampla, permitindo aos representantes do governo, porta-vozes de causas cívicas e grupos de interesse defender suas posições de modo inteligente e esclarecedor, então os cidadãos podem decidir sobre as políticas que preferem” (MAIA, 2012).

É importante considerarmos que apesar das possibilidades supracitadas existem aspectos limitantes ou dificultosos aos projetos de democracia online. Dentre eles podemos citar a exclusão digital. Para Norris (2001), a exclusão digital se apresenta de três formas. A primeira refere-se a uma “exclusão global” onde questionar-se a diferença entre o acesso à internet entre os países. O segundo aspecto contém-se no âmbito da economia doméstica onde preocupa-se em verificar a diferença do acesso à internet entre as classes sociais. E por fim buscar-se verificar dentre os que possuem acesso à internet quais a utilizam como um meio de mobilização e exercício democrático. O levantamento feito pela TIC Domicílios (2015) no Brasil verificou que o uso e o acesso à internet estão fortemente relacionados a uma questão de classe social. 95% dos entrevistados da classe A haviam utilizado a rede menos de três meses antes da pesquisa. No entanto a proporção cai para 82% para a classe B; 57% para a C, e 28% para a D/E. A TIC Domicílios verificou também a proporção de indivíduos que utilizaram governo eletrônico nos últimos 12 meses. Entre julho de 2015 e julho de 2016, menos de 40% dos usuários de internet disseram ter utilizado esse tipo de serviço. Há maior proporção de usuários em regiões urbanas, do sexo masculino, com ensino superior, e com faixa etária entre 16 a 24 anos.

Os estudos de Schlegel (2009) constaram, através da base de dados de survey Latinobarómetro e dos estudos brasileiros, que as características como

idade preponderam em relação a renda, e no caso Brasileiro até mesmo a localização demográfica fica em segundo plano em relação a idade.

Já o estudo desenvolvido por Gibson et al (2000) defronta algumas literaturas que atribuem a democracia eletrônica aspectos de ineficiência e elitista (KRUEGER, 2006 e MOSSBERGER et al, 2008). Para o autor a internet pode vim a proporcionar não somente uma maior participação e engajamento de jovens a participação política como também alcançar e possibilitar a grupos menos engajados meios alternativos de exercer sua cidadania. No Brasil certos serviços administrativos como a retirada de documentos ou inscrições em programas sociais se utilizam da internet como meio necessário para alcançar determinados objetivos, o que de certa forma pode vim despertar ao cidadão a possibilidade de acesso a democracia que a internet pode vim a oferecer.

Transição e Consolidação Democrática na América Latina

Esta unidade tem como proposito apresentar uma revisão crítica acerca dos textos que trabalham sobre uma perspectiva analítica as quedas dos regimes autoritários, a recuperação ou reconstrução das instituições democráticas e a qualidade e legitimidade da democracia na américa latina. Em primeira instancia preocupou-se em apresentar a proposta supradita para que posteriormente, de forma mais especifica, pudesse-se levantar exposições de alguns países da américa latina.

As duas últimas décadas foram marcadas pela derrocada de diversos tipos de sistemas autoritários na qual culminou no surgimento de numerosas democracias. Tal fato culminou na tentativa de se buscar dentro do campo de estudo da ciência política discussões referentes qualidade da democracia, transição democrática e consolidação da democracia. No entanto ainda existe bastante controversas entre os autores quanto aos conceitos estabelecidos e os critérios formulados para definir tais fatores.

Corbetta e Peres-Liñan (2001), através de um estudo comprado a respeito

de quatro períodos da história argentina (1946-1955; 1955-1966; 1973-76; 1983-2001), desenvolveram critérios sobre a qualidade da democracia. Para os autores a mesma deveria ser interpretada através de um enfoque multidimensional analisando-se fatores como qualidade de vida social, desenvolvimento das cidades, a eficácia institucional, prestação de contas horizontal (accountability). etc.

Diamond e Morlino (*op. cit.*) estabelecem certos critérios para estabelecer se uma democracia apresenta ou não boa qualidade. Conforme os autores expõem é necessário que uma boa democracia:

[...]concede aos seus cidadãos ampla liberdade, igualdade política e controle sobre as políticas públicas e os decisores políticos através do legítimo e legal funcionamento de instituições estáveis. Esse regime irá satisfazer as expectativas dos cidadãos em relação à governança (qualidade dos resultados); Permitirá que cidadãos, associações e comunidades desfrutem de ampla liberdade e igualdade política (qualidade do conteúdo); E proporcionará um contexto em que todo o cidadão pode avaliar o desempenho do governo através de mecanismos como eleições, enquanto as instituições governamentais e os funcionários se responsabilizam legal e constitucionalmente (qualidade processual). (Op. Cit., Página 22).

Para Vitullo (2006) é necessário que as análises sobre as quedas dos regimes autoritários, a recuperação ou reconstrução das instituições democráticas e a qualidade e legitimidade da democracia na América Latina estejam dispostas a incluir aspectos sociais e econômicos em seus modelos explicativos podendo assim realizar um estudo mais consistente do cenário em que se encontram as democracias “realmente existente” no continente latino-americano. O autor cita por exemplo o processo de visibilidade que tais estudos podem trazer para o campo sociopolítico ao analisarmos “as atitudes e opiniões que predominam entre os setores populares de nossos países frente à democracia realmente existente e às suas instituições, que sentidos lhes atribuem e que tipo de reação e de diálogo tais setores estabelecem com o ideário democrático” (VITULLO, 2006).

Através dos estudos feitos por Vitullo (2006) sobre as obras de O'Donnell e Schmitter (1988) podemos definir transição democrática como sendo um período intervalar entre um regime político e outro. Sendo que normalmente este intervalo é fortemente demarcado por processos de dissolução de um regime para o provimento de um novo regime político. De forma habitual “ este intervalo está delimitado pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e a investidura de um novo regime político, que tanto pode ser alguma forma de democracia como um novo tipo de regime autoritário ou um regime de caráter revolucionário”.

Em relação a definição de consolidação cuja a literatura formalmente a descreve como sendo um estado de longevidade e maturidade de um determinado regime Vitullo (2006) argumenta que tornar-se bem mais interessante e proveitoso recorrer a conceitos menos imprecisos e mais específicos como a densidade social do regime político e a qualidade e legitimidade popular de suas instituições. Além do mais o autor critica as análises recorrentes que se fazem sobre consolidação da democracia que normalmente excluem ou depreciam algumas variáveis de extrema importância como o conceito de cidadania e participação popular.

Consideramos que a ciência política pôs e continua pondo uma ênfase exagerada na dimensão institucional da democracia, nas dimensões eleitoral e partidária, e que falta um exame mais rigoroso da ação coletiva protagonizada pelos movimentos alheios ao âmbito político institucional estabelecido e do papel que estes desempenham na expansão das fronteiras da participação popular nos processos de tomada de decisões e na luta por democracias com uma maior densidade social (VITULLO, 2006).

O Brasil foi marcado por um regime burocrático-autoritário exclusionário cuja a sua transição democrática foi caracterizada pela confluência de diferentes elementos temporais. Enquanto na Argentina esse processo de transição foi por colapso. No entanto ambos compartilham o fato de a literatura acadêmica considerá-los como não- institucionalizados (O'Donnell, 1993). Outra constatação apresentada por O'Donnell (1993) é de que na América Latina países que possuem

homogeneidade relativamente alta (especialmente territorial) são os que apresentam uma tradição democrática mais antiga e sólida como Costa Rica, Chile e Uruguai.

Para autores como Linz e Stepan (1999) apesar do Uruguai ser uma democracia consolidada, por não ter qualquer desacordo bruscos e desleais significativo entre os partidos e instituições de importância nacional desde sua transição completa a democracia, e ser a única, dentre os quatros regimes antes “burocrático-autoritário” da América Latina, ainda assim ela está propensa a riscos. Dentre as principais razões para hoje considerarmos o Uruguai como um exemplo de sucesso no que diz respeito a sua democracia podemos citar o próprio contexto histórico cujo partidos foram suficientemente fortes, diante dos militares no período de intervenção militar, para consolidar a sua democracia isso se deu pela própria fragilidade dos militares de apresentarem agendas consistentes e políticas econômicas viáveis e sólidas, e também os próprios partidos da época não apresentavam uma ameaça a categoria e além do mais possuíam aprovações das elites (LINZ E STEPAN, 1999). No entanto os militares não se absterem totalmente conforme nos evidencia certos momentos histórico como o “Pacto do Clube Naval” onde os oficiais militares estariam isentos de julgamentos por crimes contra os direitos humanos que fossem cometidos de forma imediata antes e durante o governo militar. Evidenciar-se nas leituras de Linz e Stepan (1999) que apesar do Uruguai ter tido uma transição completa para a Democracia em 1989 e uma consolidação em 1992, ainda assim ficou resquício significativos da “velha ordem” tanto na formulação quanto da legitimidade política, apesar de ser baixo comparando-se com países como o Brasil e Chile. Outro aspecto suscitado nos autores supracitados é de que politicamente e até mesmo culturalmente no Uruguai um cargo de presidente não necessariamente significa poder ao presidente, e sim a capacidade de acordos e de lidar com os diferentes atores políticos podem vir a levar ao empoderamento presidencial.

Em relação ao Brasil os autores Linz e Stepan (1999) constaram que foi um

dos países da América Latina que teve maior dificuldade para estabelecer a consolidação de sua democracia. Descartar-se como fato explicativo problemas de estatalidade e de regime antecedente, pois países como Chile tiveram sequelas bem mais agressivas do que o Brasil. Os autores expõem como um dos principais fatores os problemas de natureza política e econômica que o país vinha atravessando e também a dificuldade em estabelecer uma transparência pública, legitimidade pautada em valores éticos e morais e culminado a isso a própria fragilidade do sistema econômica que era considerado estritamente elitista e excludente cujo o dividendo destinado a políticas públicas voltada para a população majoritária era mínima, de forma que os indicadores socioeconômico da época era lastimável e considerado como um dos piores do mundo no que diz respeito a saúde e educação. Tal conjuntura acarretou em um Estado de Direito e um constitucionalismo frágil (LINZ E STEPAN, 1999).

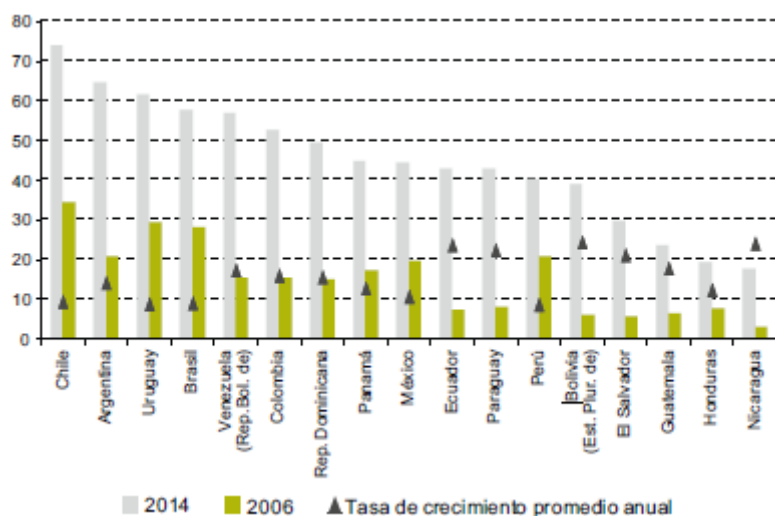
Sobre o aspecto político e a crise de legitimidade e seus reflexos na sociedade e conseqüentemente na consolidação da democracia podemos expor como exemplo o caso do ex-presidente Collor que estava envolvido com escândalo de corrupção sujeito a um processo de impeachment. Verificou-se em uma das pesquisas realizadas na época que a população brasileira estava insatisfeita com a democracia, diferentemente de países como Espanha, Portugal, Grécia e Uruguai. Sendo que quando foi realizada uma pesquisa com perspectivas comparativas em 1988 averiguou-se um número significativo da população brasileira que viam a possibilidade de um retorno dos militares como alternativa viável e desejada em relação a democracia, diferentemente de outros países como Argentina e Uruguai. Uma das hipóteses para o resultado desta pesquisa estaria no problema de distribuição de renda do Brasil que refletia diretamente na percepção da população majoritária sobre uma possível ineficiência do estado brasileiro em lidar com a democracia de forma que tal sistema aparentemente não tivesse qualquer impacto positivo na vida dos cidadãos brasileiros. Outro levantamento feito diz respeito a confiança na população ao Estado. A pesquisa demonstrou que o

brasileiro não acredita na imparcialidade do Estado e nem mesmo do próprio judiciário cujo os mesmos estariam para atender preponderantemente grupos específicos poderosos. Além do mais de temos ainda um uso de abordagens agressiva por parte da polícia extremamente alto, se formos comparar com os padrões de países democraticamente estáveis e exitosos (LINZ E STEPAN, 1999). Para fugirmos desse cenário critico é necessário a criação de mecanismos cujo o cidadão de camadas socioeconômica desfavoráveis consigam integralizarem-se na vida pública e também que o cenário político e econômico se torne mais transparente, igualitário, compreensivo e ético.

Democracia Eletrônica na América Latina

Os estudos desenvolvidos por grupos de pesquisas brasileiro vêm demonstrando um aumento significativo das ferramentas online como via ou meio de acesso a participação e interação online entre representantes e representados a nível municipal, tanto no âmbito do executivo quanto do legislativo brasileiro (VIANA, 2004; MEDEIROS, 2008; WIVES, 2011; STABILE, 2012). No entanto esse aumento não se restringe somente ao Brasil. Trabalhos que se utilizam de uma perspectiva comparada vêm verificando essa tendência na América Latina (CASTRO, 2004; BATISTA M.S.B., 2006; NASCIMENTO, 2008; KRONENBERGER, 2010; MATA, 2012).

Gráfico I - América Latina e Caribe (17 países): Usuários de Internet de 2006 e 2014



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Em relação ao número de acesso à internet por país o Brasil vem apresentando números positivos. Segundo Neri (2012), o Brasil está a cima da média mundial. O País tem 51,2% dos brasileiros conectando enquanto a média mundial é de 49,1%. Já no âmbito da América Latina percebe-se também grandes avanços. Segundo relatório emitido pela CEPAL (2015), países como Chile, Costa Rica e Uruguai fazem parte de um grupo com penetração acima de 60%, enquanto México Equador e Paraguai fazem parte de um grupo com penetração entre 40% e 50%.

De forma concomitante a esses dados percebe-se um aumento do Brasil na classificação no índice de democracia, conforme foi levantado pela Economist Intelligence Unit (EIU) em 2015 o Brasil, apesar de ser considerado uma democracia imperfeita, obteve a posição 44ª país mais democrático do mundo entre 165 nações independentes e dois territórios, e comparando-se a 2013 percebe-se uma melhoria significativa. Dentre os países da América Latina é o quinto mais bem avaliado, ficando atrás de países como Uruguai que ficou com a 19ª posição, Costa Rica com 23ª e Chile 30ª posição. Sendo o primeiro país considerado como Democracia perfeita e os dois últimos como democracia imperfeita.

Em relação ao apoio a democracia na América Latina percebe-se uma diminuição significativa, principalmente quando se trata do Brasil. O país chegou a liderar a classificação cujo resultado em 2016 era 54% e passou a 32% para 2017. Outros países tiveram recuos, mas não tão expressivo quanto do Brasil. O Chile passou de 65% para 54%, o Uruguai obteve uma diminuição de 8% percentuais e a Venezuela e Nicarágua obtiveram um recuo de 7% e 5% respectivamente. No entanto dados como apoio a um “regime autoritário” manteve-se recuado passando de 16% para 15% na América Latina. Dentre os fatores que podem contribuir para tais dados podemos citar aqueles que foram referenciados em tópicos anteriores como a desigualdade de renda, o descrédito no Estado e o cenário econômico.

O Estudo realizado por Amorim (2015), através dos dados da CEPAL e do latinobarómetro constatou que países como Uruguai possui, conforme citado anteriormente, uma democracia consolidada, satisfação a democracia e níveis baixos de corrupção. A Argentina vem apresentando tendências positivas, no entanto problemas como desigualdades sociais ainda é um fato que contribui significativamente para a considerarmos ainda como uma democracia imperfeita. Em relação ao Brasil percebe-se dentro do seu próprio contexto histórico dificuldades em encontrar meios de alavancar a sua democracia. Dentre os principais contribuintes tem-se a própria cultura política do país ainda dependendo de estruturas do antigo regime. E além disso o país apresentou índices mediados enquanto ao nível de corrupção e em relação a qualidade da democracia percebe-se um aumento dado como uma das variáveis contribuintes os programas sociais implementados nos últimos anos, porém a desigualdade de renda ainda continua sendo um impedimento. O Paraguai apresenta um baixo grau de qualidade democrática e alta percepção a corrupção. Já a Venezuela possui baixos indicadores de qualidade da democracia e um dos maiores índices de corrupção da América Latina, mas ao mesmo tempo vem tendo um aumento de número de apoiadores a democracia.

O Brasil apresenta em relação a democracia eletrônica avanços expressivos em relação a outros países da América Latina e que são comparáveis a de países reconhecidos como líderes mundiais. Um estudo desenvolvido pela Accenture entre 2001 e 2002 verificou-se através da criação de um indicador capaz de mensurar na prestação serviços online o índice de Desenvolvimento do Governo Eletrônico. O Brasil e o México são os países da América Latina mais avançados (ARAÚJO E GOMES, 2004).

Tabela 1 - Índice de Disposição para Governo Eletrônico

Países	Posição no Índice de Disposição para GE (IDGE)	Valor do Índice de Disposição para o GE (IDGE)	Valor do Indicador de Presença Governamental na Internet (PGR)	Valor do Índice de Infra-estrutura de Telecomunicações (ITC)	Valor do Índice de Capital Humano (ICH)
EE.UU.	1	0,927	1,000	0,801	0,980
Chile	22	0,671	0,838	0,275	0,900
México	30	0,593	0,808	0,132	0,840
Argentina	31	0,577	0,624	0,187	0,920
Brasil	41	0,527	0,576	0,174	0,830
Uruguai	47	0,507	0,358	0,244	0,920
Peru	53	0,463	0,408	0,111	0,870
Colômbia	57	0,443	0,362	0,118	0,850
R. Dominicana	60	0,438	0,445	0,067	0,800
Jamaica	61	0,432	0,380	0,127	0,790
Panamá	62	0,432	0,341	0,095	0,860
Bahamas	64	0,429	0,214	0,193	0,880
Trinidad y Tobago	65	0,427	0,236	0,206	0,840
Costa Rica	66	0,427	0,223	0,198	0,860
Belize	71	0,422	0,253	0,153	0,860
Guiana	72	0,422	0,266	0,119	0,880

Paraguai	75	0,413	0,336	0,074	0,830
Barbados	76	0,413	0,122	0,206	0,920
Bolívia	78	0,411	0,378	0,055	0,800
El Salvador	80	0,409	0,406	0,082	0,740
Equador	85	0,378	0,175	0,089	0,870
Cuba	88	0,372	0,166	0,051	0,920
Venezuela	93	0,364	0,144	0,117	0,830
Guatemala	109	0,329	0,323	0,044	0,620
Nicarágua	112	0,324	0,288	0,033	0,650
Honduras	124	0,280	0,100	0,041	0,700
Haiti	183	0,167	0,000	0,012	0,500
Média		0,505	0,362	0,148	0,824

Fonte: UN/ASPA, 2003. Elaboração por Araújo e Gomes (2004)

A tabela acima apresenta através dos indicadores o Índice de Disposição para o Governo Eletrônico que é a capacidade do país para desenvolver programas de governo eletrônico. Percebe-se que independentemente da qualidade da democracia certos países apresentam índices consideráveis. Por exemplo, o PGR mede a presença governamental na rede ou a quantidade de portais criada pelo governo e percebe-se que países como Brasil apresenta índices semelhantes e até mesmo superior a do Uruguai. Comprovando-se de certa forma que fatores como qualidade da democracia não possui necessariamente uma relação com a criação de portais eletrônicos por parte dos governos.

Já através da infraestrutura de telecomunicações (ITC) ainda se percebe, tendo como base de dados 2003, que as condições desses portais ainda são bastante insatisfatórias. Todos os países da América Latina apresentaram números consideravelmente baixo. No entanto o Valor do Índice de Capital Humano é relativamente alto em todos países da América Latina.

Tabela 2 - Índice de Participação Telemática

Países	Posição no "ranking" global no Índice de Participação Telemática (IPT)	Valor do Índice de Participação Telemática (IPT)	Valor do Índice de Participação de Participação Telemática Informativa (PTI)	Valor do Índice de Participação de Participação Telemática Consultiva (PTC)	Valor do Índice de Participação de Participação Telemática Decisória (PTD)	Total
Reino Unido	1	1,000	17	26	15	58
Chile	3	0,828	14	21	13	48
México	9	0,603	10	17	8	35

Argentina	10	0,586	10	15	9	34
Bolivia	16	0,397	7	12	4	23
R. Dominicana	16	0,397	7	13	3	23
Brasil	16	0,397	11	9	2	22
Panamá	17	0,362	8	8	5	21
El Salvador	19	0,328	6	9	4	19
Nicaragua	20	0,310	6	7	5	18
Paraguay	24	0,224	18	13	2	13
Trinidad y Tobago	25	0,207	5	4	3	12
Colombia	28	0,155	8	0	1	9
Jamaica	28	0,155	5	1	3	9
Venezuela	28	0,155	4	4	1	9
Perú	29	0,138	6	0	2	8
Costa Rica	32	0,086	4	0	1	5
Guatemala	32	0,086	4	0	1	5
Ecuador	33	0,069	3	0	1	4
Uruguay	33	0,069	3	0	1	4
Bahamas	34	0,052	3	0	0	3
Cuba	34	0,052	2	0	1	3
Guyana	34	0,052	2	0	1	3
Barbados	35	0,034	2	0	0	2
Honduras	35	0,034	1	0	1	2
Belice	36	0,017	1	0	0	1
Haití	37	0,000	0	0	0	0
Média		0,252				

Fonte: UN/ASPA, 2003. Elaboração por Araújo e Gomes (2004)

Através do Índice de Participação Telemática (IPT) podemos aferir as possibilidades de interação que o governo proporciona a sociedade por meio dos portais eletrônicos. Já o indicador de participação informática (PTI) nos mostra em que grau os portais de governo nos oferecem informações sobre programas e ações governamentais, políticas públicas e também noticiais dos órgãos governamentais. A participação consultiva (PTC) nos demonstra o grau de informação dado ao cidadão em momento real aos processos decisórios dos governantes e as informações sobre as deliberações públicas. No entanto o indicador mais sensível a interação entre governantes e os cidadãos é evidenciado através da “participação decisória” (PTD) pela internet, onde verificar-se não somente as sugestões feitas pelos cidadãos nas deliberações pública online como também um retorno de resposta das próprias instituições governamentais.

Conclusão

A partir do que foi exposto a partir da literatura levantada podemos considerar que a democracia eletrônica pode vir a ser uma alternativa para que países da América latina agreguem valor a qualidade de suas democracias, no entanto tal instrumento precisa coexistir em condições satisfatórias de transparência e legitimidade política por parte das autoridades governamentais para que assim as ferramentas online não se tornem um mero instrumento sem finalidade e prática alguma.

Verificou-se também que o tema sobre democracia eletrônica na América Latina vem se tornando um assunto significativo por parte dos pesquisadores brasileiros e um dos fatores congruentes para isso é o fato da relevância sociopolítica do tema onde permite-se debater e questionar através dessas ferramentas online a imperfeição do próprio sistema governamental e alternativas do exercício da democracia por parte dos cidadãos.

Por meio desta pesquisa conseguimos perceber que umas parcelas significativas de países da América latina vêm se adequando a essas novas ferramentas online, no entanto alguns desses países ainda possuem dificuldade em estabelecer certos critérios que possam contribuir para uma maior interação dos governantes juntamente aos cidadãos ou até mesmo de estabelecer políticas deliberativas realmente eficientes no âmbito online.

Referências bibliográficas

AVAAZ, AVAAZ - **O MUNDO EM AÇÃO**. Disponível em: <<https://secure.avaaz.org/page/po/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

AZEVEDO, André Gomma (Org). **Manual de Mediação Judicial**. Brasília: Ministério da Justiça/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2009.

AMORIM, Maria Salete S.. **DEMOCRACIA, DESIGUALDADES E CORRUPÇÃO: UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA**. Século XXI - Revista

de Ciências Sociais, v. 5, p. 80-108, 2015.

ARAÚJO, W. F. G.; GOMES, M. P. S. Governança Eletrônica na América Latina: Podemos esperar uma democracia eletrônica? In: Fórum IUPERJ/UFMG: Democracia e Desenvolvimento na América Latina, 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. Disponível em: . Acesso em: 17 jul. 2017.

CORBETTA, Jose; PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **Calidad de la democracia. Un análisis de la trayectoria argentina.** Instituciones y Desarrollo, Barcelona, n. 10, p. 149-169, 2001.

CEPAL. **La nueva revolución digital: de la Internet del consumo a la Internet de la producción.** 1. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/38604-la-nueva-revolucion-digital-la-internet-consumo-la-internet-la-produccion>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. **The Quality of Democracy. An Overview.** *Journal of Democracy*, Washington, v. 15, n. 4, p. 20-31, oct. 2004.

FEDERAL, SENADO. **Portal e-Cidadania.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

FERGUSON, M. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 103-140.

FREY, K. **Governança eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento.** In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco (orgs.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica.* Belo Horizonte: Editora UFMG, p.141-163, 2003.

GOMES, W. S.. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política.** *Revista Fronteira (UNISINOS)*, São Leopoldo, v. VIII, n.3, p. 214-222, 2005.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. **Revista Debates (UFRGS)**, v. 7, p. 229-243, 2013.

GIBSON, R. K.; HOWARD, P. E. N.; WARD, S. **Social Capital, Internet Connectedness & Political Participation: A Four-Country Study.** International Political Science Association. Quebec, Canadá 2000.

INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society.** Princeton, Princeton University Press, 1990

KRONENBERGER, A. F. F. **TIC e a relação cidadão-governo na América Do Sul: um estudo dos sites dos Legislativos e Executivos municipais.** 2010. 53 Monografia (Graduação). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

LINZ, J. & STEPAN, A. 1999. **A transição e consolidação da democracia. A experiência do sul da Europa e da América do Sul.** São Paulo: Paz e Terra.

LATINOBARÓMETRO. Latinobarómetro Database. 1. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (org.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARQUES, F. P. J. A.. Democracia Online e o Problema da Exclusão Digital. **InTexto** (UFRGS. Online), v. 1, p. 93-113, 2014.

NERI, M. C. **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: CPS/ FGV, 2012

NORRIS, P. **Digital divide: civic engagement, information: poverty and the internet in democratic societies**. New York: Cambridge University, 2001.

PEIXOTO, Thiago. WEGENAST, Tobias Albuquerque. **Democracia Eletrônica no Brasil e no mundo**. Disponível em Acesso em 17 jul.2017.

ROTHBERG, D. **Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica**. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p.149-172, 2008

STABILE, M. (2012) **Democracia eletrônica para quem?** Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o Portal da Câmara dos Deputados. 2012. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília

SCHLEGEL, R. **Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas**. Rev. Sociol. Polit, v. 17, n. 34, 2009. ISSN 0104-447.

THE ECONOMIST. The Economist Intelligence Unit. Disponível em: <<http://www.eiu.com/home.aspx>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

VITULLO, Gabriel E. **As teorias da democratização frente às democracias latino- americanas realmente existentes**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 12, p. 348-377, 2006.

VIANA, F. **Estudo da presença de fatores indicativos de governabilidade nos sites das câmaras municipais brasileiras**. 2004. 86 Monografia (Graduação). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília